

## Editorial

Tanto o trabalho como a violência tem lugar de destaque na produção das Ciências Sociais. A representação sobre ambos tem sido marcada por diferentes e – não raro – conflitantes abordagens. O século XX e o recém-iniciado século XXI testemunham inúmeras mudanças relacionadas às formas de reprodução do capital, bem como ao modo de organização do trabalho, não ficando à margem dessas mudanças as identidades dos sujeitos sociais. O capital criou um espaço de valorização que denota uma mobilidade capaz de atravessar fronteiras e tornar-se global. Esse novo espaço se constrói como um processo em permanente reconfiguração e com regimes cada vez mais plurais e mais tênues de controle, destruindo antigas “estabilidades” e produzindo efeitos sobre a produtividade social, assim como sobre a segmentação e demanda da força de trabalho – não raro de modo extremamente violento. Este foi, pois, o tema eleito para compor o segundo número da Revista *Latitude*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas.

Este número é aberto com o artigo “História, teoria social e método de investigação de perpetradores no Nacional-Socialismo: um estudo sobre tipologias”, de Helgard Kramer e tem o foco na análise de biografias de médicos que atuaram na “tropa de proteção” (SS - Schutzstaffel”) do regime, em Auschwitz. Helgard Kramer é docente do Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Berlim e atuou como professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia no ano de 2010. Seu texto evidencia que os crimes do Nacional-Socialismo foram preponderantemente planejados e organizados pela elite alemã e cometidos por amplos segmentos da população, entre os quais tiveram relevo a atuação de juristas, médicos, professores e cientistas de vários campos e disciplinas. A atenção de Helgard Kramer volta-se especialmente para a atuação de médicos em Auschwitz e, para tanto, busca reconstruir suas biografias pessoais e profissionais, a partir das quais reflete, do ponto de vista teórico e metodológico, sobre a produção acadêmica da República Federal Alemã a respeito do passado Nacional-Socialista. Tal produção é sistematicamente inquirida por Helgard Kramer a partir de detalhada pesquisa histórica, através da qual a força explicativa de tipologias construídas por várias disciplinas das ciências humanas, desde o final da Segunda Guerra Mundial, é criteriosamente reavaliada. A leitura do texto, deixa entrever a inquestionável continuidade entre o passado Nacional-Socialista e a realidade sócio-política da República Federal Alemã.

O artigo “Violência discursiva: uma abordagem sociológica sobre a construção de inimigos na República Federal Alemã”, de Arim Soares do Bem, concentra-se na exposição do conceito de “inimificação” (construção de inimigos), ausente na produção das Ciências Sociais, no Brasil, mas que tem já longa tradição no pensamento social alemão. Arim Soares do Bem dá relevo ao contexto discursivo que marcou o processo da unificação alemã, focando especialmente a proliferação discursiva em torno do chamado “Asyl-Debatte” (debate sobre o asilo político) entre os anos de 1989 e 1992 e analisa o conteúdo, bem como as formas de

instrumentalização de minorias étnicas no interdiscurso social da República Federal Alemã. Com base na perspectiva adotada pelo Projekt Ideologie-Theorie (PIT), da Universidade Livre de Berlim, na teoria do Sistema Sincrônico de Símbolos Coletivos (Jürgen Link) e na Teoria da Atividade de Leontjew, Arim Soares do Bem reflete sobre os mecanismos de construção identitária e de delimitação e fixação de fronteiras na sociedade alemã pós-unificada.

A edição prossegue com o artigo “Notas sobre violência epistêmica, vigilância epistemológica e alternativas à produção do conhecimento em Ciências Sociais, da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Rosina Pérez Menafra, no qual é discutido o papel das Ciências Sociais na legitimação do imaginário eurocêntrico, manifesto acima de tudo na marginalização de formas de conhecimentos alternativos aos modelos hegemônicos ocidentais. Ao explicitar as bases fundantes dos paradigmas interpretativos dominantes na modernidade e os obstáculos epistemológicos daí resultantes, a autora postula a necessidade de abordagens capazes de captar os processos histórico-culturais a partir dos quais foram plasmados teorias e métodos de investigação nas Ciências Sociais.

O quarto artigo desta edição de autoria de Fernando Cardoso Lima Neto, intitulado “Poder e política na teoria sociológica contemporânea: a abordagem dos estudos de governamentalidade” aborda a relação entre teoria sociológica e história buscando discutir os estudos de governamentalidade no âmbito das questões contemporâneas que se estabelecem entre política e poder. Sua reflexão examina a apropriação do conceito por dois autores contemporâneos, Nikolas Rose e Aihwa Ong com o intuito de definir as condições de possibilidade dos estudos de governamentalidade no enfrentamento de temáticas que compõem no debate sociológico na atualidade.

Em seguida Claudia Maria Cabrera, docente de sociologia da Universidad de Buenos Aires, discute os processos de mercantilização da educação durante a década neoliberal na Argentina. A autora analisa a maneira pela qual a ideologia neoliberal se traduziu nas políticas educacionais partindo do pressuposto de que as ideologias constroem sentidos, modos de ver o mundo e também possuem um caráter material que se expressa nas instituições, normas, práticas, etc. A análise da legislação educacional da década de 90 permite constatar a transformação material de certos aspectos sociais a partir de la concepção ideológica do neoliberalismo que se tornou hegemônica.

O artigo “Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas”, de Alice Anabuki Plancherel, de Cícero Ferreira de Albuquerque e do mestrando em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Sérgio Ricardo Gomes dos Santos Melo, analisa, a partir de perspectiva histórico-estrutural, condições específicas de vida e trabalho de trabalhadores submetidos ao corte da cana de açúcar, nas regiões dinâmicas do setor, no Estado de Alagoas. Ao analisar expressões regionais do processo de socialização do trabalho em vigor no Brasil a partir dos anos 1990, os autores dão relevo ao processo de desregulação do mercado de trabalho enquanto processo concomitante à própria

desregulamentação estatal do capital agroindustrial canavieiro provocada pelo modelo neoliberal.

Por fim, o artigo “Lixo, trabalho e cidadania”, de Paula Yone Stroh e Michela de Araújo Santos, analisa, com base em resultados empíricos parciais provenientes de diagnóstico sócio-ambiental realizado no espaço de vida e trabalho de catadores de resíduos sólidos no (antigo) lixão municipal de Maceió – AL, aspectos relacionados à precarização e insalubridade do trabalho desse grupo, tendo em vista o contexto de riscos sócio-ambientais decorrentes da ampliação do consumo e da produção de lixo resultantes da inserção de países “periféricos”, como o Brasil e a região Nordeste, no sistema econômico global. Ao explicitarem e discutirem práticas de organização cooperativistas de trabalhadores excluídos dos processos produtivos formais, como o grupo focado pelo artigo, as autoras propõem o desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam esses excluídos como sujeitos de sua própria inclusão social.

Após esta apresentação bastante sucinta, resta salientar que os textos aqui reunidos têm em comum o foco em várias facetas da violência nas sociedades contemporâneas e exploram interessantes perspectivas de análise no campo das Ciências Sociais. Saliente-se também a presença de mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, como autores, e a maturidade intelectual das abordagens por eles desenvolvidas. Aos leitores desejamos profícuo proveito dessas reflexões.

Os Editores